

Antropólogas(os) indígenas e suas produções sobre a pandemia da Covid-19: percepções de direitos e políticas públicas¹

Daniel Lucas Dejavite Biagio (USP)

1. Introdução

O presente trabalho busca sintetizar alguns dos resultados parciais desenvolvidos até março de 2021, época na qual se concluiu a redação do relatório parcial da iniciação científica de título *Antropólogas(os) Indígenas e Suas Produções Sobre a Pandemia da Covid-19: Percepções de Direitos e Políticas Públicas (05/2020-05/2021)*², realizada através de financiamento do Edital de Bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do CNPq, sob orientação da Profa. Dra. Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, docente do departamento de antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo — FFLCH/USP.

A pesquisa surgiu a partir das inúmeras notícias veiculadas na mídia acerca dos efeitos da pandemia do SARS-CoV-2 nas populações indígenas brasileiras, especialmente diante do descaso governamental frente às perdas humanas — e históricas — advindas da chegada do vírus nas populações tradicionais³, razão que nos levou a questionar o que seria abarcado pelas produções de autoras⁴ indígenas nesse contexto. Algumas(uns) dessas(es) autoras(es) já trabalhavam com a perspectiva do seu olhar e sua potencialidade muito antes da pandemia se instaurar no país. Entretanto, tendo em vista que crises sanitárias evidenciam desigualdades sociais, pois impactam populações em situação de vulnerabilidade social e/ou econômica (BELTRÃO, 1999; PIMENTA, 2019), compreendemos que pesquisar as publicações posteriores ao surgimento da pandemia nos possibilitaria análise qualitativa desse contexto.

Resta destacar o que nos levou a situar a pesquisa dentro do olhar da(o) indígena antropóloga(o). Segundo Mariza Peirano (1985, p. 85), o fazer antropológico brasileiro está permeado por uma responsabilidade cívica, pois a atuação enquanto cientista social também

¹ *Paper* apresentado no GT08 – Epistemologias e corpos contra-hegemônicos nas lutas e conquistas por direitos: a urgência de outras perspectivas em disputa, no VII Encontro Nacional de Antropologia do Direito (ENADIR).

² Em razão disso, muitos dos trechos aqui abarcados compuseram o relatório semestral de atividades de Iniciação Científica desenvolvida no curso de graduação de bacharelado em Direito da Universidade de São Paulo e apresentado à Comissão de Pesquisa da FFLCH-USP.

³ A título de exemplo, Cf. FAUSTO, Carlos. “The Measles from the Time of My Grandfather”: Amazonian Ethnocide Memories in Times of Covid-19. Somatosphere. 2020.

⁴ O presente artigo utiliza do feminino universal como estratégia de confronto às estruturas gramaticais androcêntricas. Cf. MÄDER e SEVERO, 2016.

implica uma atuação política, o que, por sua vez, proporciona uma nova maneira de se pensar a categoria de “antropóloga(o) cidadã(o)”.

Ao adentrar nas universidades, a(o) indígena brasileira(o) se vê diante das problemáticas advindas do seu “cerceamento” nesses ambientes (CRUZ, 2017, p. 105), bem como das inúmeras violências perpetradas tanto pela concepção hegemônica e ocidental de ciência quanto pelo confronto dessa com os conhecimentos tradicionais, que, muitas vezes, marcam a trajetória pessoal da(o) estudante indígena. Apesar da violência, essas(es) autoras(es) se localizam numa posição de potencial transformador: direcionando seus olhares ao que é produzido pelo Outro “branco” — seja no que tange às produções acadêmicas, seja em políticas públicas implementadas por um governo não indígena —, estão desestabilizando um saber e um direito tradicionalmente marcado pela colonialidade (BALLESTRIN, 2013).

A proposta de pesquisa que se debruça sobre a antropóloga(o) indígena⁵ e as políticas públicas direcionadas às suas comunidades é transpassada pelo entendimento de que tais pesquisadoras(es) — e seus respectivos povos — não são um corpo monolítico: suas vozes e percepções são múltiplas. Ainda assim, compreender pontos de aproximação e de afastamento entre as(os) diferentes pesquisadoras(es) pode demonstrar as potencialidades de olhares não hegemônicos frente a um contexto que atinge desigualmente pessoas transpassadas por múltiplos marcadores sociais da diferença, como raça, gênero, idade, etc.

2. Objetivos e considerações metodológicas

Com a iniciação científica, almejamos construir diálogo com outras(os) pesquisadoras(es) que trataram da temática pandêmica, especialmente considerando o marcador social da raça. Sendo assim, entre os objetivos da pesquisa, estão: i) demonstrar o quanto intensas, densas e profícuas são as produções de antropólogas(os) indígenas sobre a pandemia, de maio de 2020 a maio de 2021; ii) contribuir para a expansão de novas pesquisas, especialmente no campo da antropologia do direito e das políticas públicas para povos indígenas, com a indicação de temas especialmente correlatos a essas subáreas; e iii) investir na fronteira interdisciplinar entre antropologia-direito-saúde, pontuando referenciais teórico-metodológicos relevantes para futuras disciplinas a serem ministradas em cursos de graduação e pós-graduação dessas áreas.

⁵ Ressalto que, no decorrer do artigo, constarão, em notas de rodapé, as trajetórias acadêmicas das autoras(es) estudadas(os). Isso se justifica pela relevância de movermos nosso olhar às instituições que, aos poucos, estão sendo ocupadas pela presença indígena. Nesse sentido, podemos compreender em que localidades se situam os focos de pesquisa liderados por antropólogas(os) indígenas, o que será melhor trabalhado no relatório final da iniciação científica da qual esse *paper* se baseia.

Nos primeiros seis meses, realizamos um levantamento das principais produções de antropólogas(os) indígenas on-line utilizando as palavras-chave “antropólogos”, “indígenas”, “pandemia” e “covid-19”. Os principais textos encontrados estão associados a projetos organizados por universidades públicas cujos programas de Pós-Graduação contêm alunas(os) indígenas. Entre eles, estão os projetos:

1) “Pandemias na Amazônia”, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM), em conjunto com o InfoAmazonia;

2) “Povos Indígenas frente à Covid-19”, produzido pelo Centro de Estudos Ameríndios da Universidade de São Paulo (CEstA/USP);

3) “Corpos que Falam” do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/MN/UFRJ).

Por fim, também coletamos publicações de antropólogas(os) indígenas que participaram do Colóquio 08: “Produção e autonomia indígena em tempos de Covid-19: interfaces entre violências, resistências e territórios”, realizado no 44º Encontro Anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais).

A partir dos resultados on-line, selecionamos aqueles em que as(os) autoras(es) se definiam como indígenas pertencentes a algum povo. Apesar de saber que é necessário mais do que a autodeclaração para a definição da identidade indígena, não era o intuito desta iniciação científica, com os seus recursos e limites, aprofundar-se nesse debate. Em algumas publicações, havia referência a algumas antepassadas indígenas, como avós, mas, caso a(o) autora(o) não tivesse se definido como indígena, seja no texto a ser analisado, seja em outros espaços, como plataforma Lattes, entrevistas, declarações públicas etc., não nos sentimos confortáveis para supor uma identidade não declarada.

Para o recorte do universo, optamos por estudar e descrever publicações pertinentes à temática de direitos e políticas públicas. Para tanto, selecionamos aquelas que abarcavam percepções sobre: i) o contexto de isolamento social em meio urbano — portanto, longe da aldeia — em função da quarentena; ii) as práticas de cuidado que constituem conhecimentos tradicionais de saúde indígena; e iii) os conhecimentos de surtos epidêmicos adquiridos pela história oral contada pelos anciões das aldeias e como esses saberes nortearam ações de resistência e cuidado frente à pandemia.

A fim de nos aprofundarmos na temática e compreendermos algumas perspectivas expostas nessas publicações, optamos pelo método da entrevista com certos atores sociais, uma vez que, como menciona Jean Poupart (2010, p. 216-217):

O uso dos métodos qualitativos e da entrevista, em particular, foi e ainda hoje é tido como um meio de dar conta do ponto de vista dos atores sociais e de considerá-lo para compreender e interpretar as suas realidades. As condutas sociais não poderiam ser compreendidas, nem explicadas, fora da perspectiva dos atores sociais.

Primeiramente, selecionamos antropólogas(os) indígenas participantes de um colóquio que ocorreu no 44º Encontro Anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais)⁶. Foram elas(es):

a) Eliene Rodrigues Putira Sacuena, indígena da etnia Baré. Doutoranda em Antropologia, na área de concentração Bio antropologia e na linha de pesquisa em Genética Forense pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestrado nas mesmas áreas, linha pesquisa e Universidade. Ela tem experiência na área de Genética de Populações e, atualmente, participa de grupos de pesquisa, realizando estudos antropológicos, epidemiológicos e genéticos de populações indígenas, afro-brasileiras (quilombolas) e ribeirinhas da Amazônia. É Vice Presidente da Liga Acadêmica de Saúde Indígena no Estado do Pará⁷; e

b) Eriki Aleixo de Melo, indígena da etnia Wapichana. Possui graduação em História pela Universidade Federal de Roraima (UFRR), mestre e doutorando em Antropologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM). É pesquisador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), com estudos sobre as Terras Indígenas demarcadas em Ilhas no Estado de Roraima, especificamente na Terra Indígena Serra da Moça, Região Murupú, Boa Vista, analisando as demandas sociais dos povos indígenas, conflitos territoriais, conhecimentos Wapichana e mobilização étnica. É editor responsável da revista Wamon, membro da Articulação Brasileira de Indígenas Antropólogos (ABIA), membro do Comitê de Antropólogos Indígenas, na Associação Brasileira de Antropologia (ABA), membro da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), da Latin American Studies Association (LASA) e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)⁸.

Utilizamos o método da entrevista semiestruturada e com roteiro semi-dirigido (XAVIER, 2017), a fim de possibilitar aos entrevistados certa liberdade para explorar os assuntos de seu interesse, desde que referentes à temática em questão. Sobre a liberdade concedida ao entrevistado, Michelat constata:

⁶ ANPOCS. ANPOCS - CL08: Produção e autonomia indígena em tempos de covid-19. 2020. Disponível em: https://youtu.be/XndQsT_8kQ8. Acesso em: 30 jul. 2021.

⁷ Texto coletado do Currículo Lattes da autora. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2115635176997028>. Acesso em: 04 mar. 2021.

⁸ Texto coletado do Currículo Lattes do autor. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3213843092848616>. Acesso em: 04 mar. 2021.

Parece existir uma relação entre o grau de liberdade deixado ao entrevistado e o nível de profundidade das informações que ele pode fornecer. A liberdade deixada ao entrevistado (sendo a não-diretividade todavia relativa) facilita a produção de informações sintomáticas que correriam o risco de ser censuradas num outro tipo de entrevista (MICHELAT, 1981. p. 193).

Foram elaboradas as seguintes perguntas para Eliene Rodrigues Putira Sacuena: “O dilema entre voltar ou não para os territórios indígenas, após o início da quarentena, é um tema frequente em publicações de antropólogos indígenas. Você vivenciou esse processo?”; “Como se deu a articulação entre os estudantes indígenas da UFPA?”; “Qual foi o seu papel no que tange à Saúde Indígena na pandemia?”; “No 44º Encontro Anual da ANPOCS, você mencionou que o debate da interculturalidade na Saúde é ainda bastante incipiente. Como isso afeta os povos indígenas na pandemia?”; e “Você conversou com outros colegas indígenas antropólogos sobre a pandemia?”

No que tange a Eriki Aleixo de Melo, a pergunta inicial foi idêntica à da entrevista com Eliene Putira. Entretanto, as outras perguntas foram distintas: “No 44º Encontro Anual da ANPOCS, você mencionou a articulação entre os pesquisadores indígenas durante a quarentena. Como se deu essa articulação?”; “Também no 44º Encontro Anual da ANPOCS, você comentou as barreiras sanitárias erguidas em aldeias de Roraima. Como se deu a construção das barreiras das quais você teve conhecimento?”; “Sobre as barreiras sanitárias nos territórios indígenas, como se deu a interação entre as comunidades e os profissionais de saúde?”; e “Como você percebe a atuação do Governo (em instância municipal, estadual e federal) no que tange aos povos indígenas durante a pandemia?”.

As entrevistas foram realizadas nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2021. Foi encaminhado um termo de consentimento livre e esclarecido a ambos os entrevistados, que concordaram com a gravação pela plataforma Google Meets, assim como com a utilização das informações fornecidas para fins acadêmicos⁹.

Entre os resultados coletados a partir da pesquisa de produções acadêmicas e das entrevistas mencionadas, selecionamos algumas reflexões promovidas pelas(os) autoras(es) para o presente *paper*.

3. Corpos em isolamento, vozes desencontradas: ainda existe *nhemonguetá*?

Na fase de coleta de produções, destacou-se um texto que sintetiza muitos dos sentimentos abordados por outras(os) antropólogas(os) indígenas: “Corpos que Falam”, de

⁹ Cf. MELO, 2021; RODRIGUES, 2021.

Sandra Benites¹⁰, que retrata o sentimento de estar encarcerada em seu quarto em meio a pandemia. Caracterizado pelo “surto”, esse sentimento é, para a autora, uma consequência lógica e esperada do estado de aprisionamento que indivíduos enfrentam no cotidiano urbano, mesmo antes da quarentena ter se iniciado: “Todos deveriam surtar por serem punidos, aprisionados, cercados numa jaula minúscula” (BENITES, 2020).

Benites relata que aqueles corpos que se movimentam — aqueles que detêm o direito de se locomover — estão afetados por uma sensação de frieza, especialmente diante da violência urbana. Ao ver uma manifestação em frente à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, marcada pela violência policial, sua reação foi pensar em sua avó e no canto que sempre ouvia enquanto sonhava: “o grito *sapukai*”, o canto sagrado que pode surgir da tristeza, da alegria ou da raiva. Aquelas(es) que não se possuem meios de canalizar a frustração e outros sentimentos advindos do contexto urbano acabam por cair em um estado de frieza, uma apatia que imobiliza, uma doença, nos termos da autora¹¹.

Sandra Benites argumenta que pessoas com sentimentos (*py'a*) são aquelas que realmente podem chorar, sofrer, cantar, delirar, etc., logo, o cuidar de si em conjunto com outras pessoas é uma forma de canalizar os sentimentos em conversas, diálogos coletivos (*nhemonguetá*). Para a autora, é preciso cuidar do bem estar para além de curar a doença, seja ela a doença da frieza, seja a do organismo, o que também argumenta Eliene Putira tanto em entrevista concedida a mim (RODRIGUES, 2021), quanto em sua participação no colóquio do 44º Encontro Anual da ANPOCS (ANPOCS, 2020).

Portanto, vivenciar uma pandemia é, para Benites, mais do que vivenciar um sistema de abandono do *nhemongueta*: significa vivenciar uma realidade em que alguns corpos são vistos, informados, cuidados, enquanto outros são aprisionados no sofrimento físico e emocional.

Enquanto guarani, a autora relata que teve de viver conforme uma lógica completamente discrepante da lógica tradicional de seu povo, especialmente no que tange ao cerceamento, uma vez que, na aldeia, não existe pessoa cercada, somente existe cerca para crianças que estão aprendendo a andar: “Entendemos que existem cercas para nos apoiar e nos ensinar a andar firme, e não para confinar e encarcerar nossos”.

¹⁰ Pertencente à etnia guarani nhandewaaborda, é doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/MN/UFRJ). Em texto para o Projeto “Corpos que falam”, do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, em parceria com o Programa de Pós Graduação em História das Ciências e da Saúde da Fiocruz (PGHCS/Fiocruz), a autora discorre sobre as múltiplas consequências emocionais advindas de estar morando na cidade (*tetã re*).

¹¹ “[...] Em nossos costumes, frieza, ‘mboraywu he’yn’, já é uma doença”. Cf. BENITES, 2020.

Essa lógica da cidade foi atenuada, até então, pela sensação de autonomia que Benites sempre teve em encontros com amigos e pela sua locomoção no território urbano. No entanto, a pandemia e a subsequente implantação da quarentena inviabilizaram o autocontrole que a autora tinha sobre seu cerceamento. Os efeitos desse processo são inúmeros: sufoco, alucinação, estado de choque e solidão.

Para a autora, portanto, a quarentena evidencia um sentimento já em curso nas cidades: o distanciamento emocional, a frieza e a indiferença em relação às diversas violências perpetradas no meio urbano e o sofrimento advindo do cerceamento do ser humano.

O relato de Benites não é dissonante, uma vez que inúmeras(os) autoras(es) (BARRETO, S., 2020; MELO, 2021) trataram do isolamento urbano, destacando sua violência em subjetividades indígenas, em especial àquelas que não puderam retornar às aldeias com seus familiares. Importante ressaltar, todavia, que, embora o retorno às aldeias tenha sido dificultado em decorrência dos entraves — logísticos, morais e, em alguns casos, físicos, como se vê com as barreiras sanitárias impostas em alguns territórios—, houve a possibilidade de (re)constituição de cosmologias e percepções tradicionais, agora repensados a partir do contexto pandêmico. Embora o retorno ao passado para formulação de explicações da cosmologia atual não seja um processo inovador entre os povos indígenas brasileiros (LÉVI-STRAUSS, 1993), os relatos nesse sentido produzidos em meio à quarentena se destacam na medida em que evidenciam as rupturas com a sociedade majoritariamente urbana e ocidental.

Nesse sentido, João Paulo Lima Barreto¹², em texto redigido para o projeto “Pandemias Amazônicas” (BARRETO, J., 2020), tece comentários sobre a *nikuporâtise*, a partilha fundada na reciprocidade de ações concretas, produto da unidade social vigente na aldeia. O autor relata que, entre os tukanos, não se partilham os excedentes, se partilha o que se tem, e que essa ação não pode ser reduzida ao ato de “doação”, já que está ligada à solidariedade e à uma obrigação moral. Os seres do domínio aquático, terrestre e aéreo também compõem essa rede de relações, logo, também é preciso compartilhar o que se tem com tais seres.

Com a *nikuporâtises*, as relações interpessoais das(os) indígenas do alto do Rio Negro se pautam pelo cuidado, sendo elas “[...] essencialmente produtores de cuidados. A

¹² Indígena do povo Yepamahsã (Tukano), é mestre e doutorando em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM). Assim como Silvio Sanches Barreto, compõe o Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena (NEAI/UFAM).

comunicação, mediada pelos especialistas com os responsáveis pelos recursos naturais é ação de mitigação de riscos à saúde”¹³. É preciso compreender a prática como uma atividade produtiva, contrariando a noção de que somente implica a retirada de recursos naturais como objeto de consumo:

A quarentena, imposta pela Covid-19 (...) conduz-nos à uma reflexão de que esse modelo de vida social, política e econômica que desconsidera os Outros, habitantes do domínio aquático, terra/floresta e aéreo, é capaz de provocar desequilíbrios sem precedentes. (...) Devemos aprender que a partilha, a produção de alimentos, a solidariedade, o cuidado das pessoas são princípios morais, valores e compromissos sociais (BARRETO, J., 2020).

Sendo assim, João Paulo Lima Barreto contrapõe as práticas indígenas do povo Yepamahsã às práticas vigentes no cotidiano, para além das fronteiras das aldeias, traçando clara distinção entre dois modelos de relações interpessoais: o primeiro marcado pela partilha e a solidariedade, enquanto o segundo é marcado pela desconsideração do Outro. Essa distinção também foi feita por Viveiros de Castro (VIVEIROS DE CASTRO, 2007), que situa as relações indígenas amazônicas na categoria da reciprocidade, da comunicação entre sujeitos humanos e não humanos¹⁴, e indica as relações brancas, produtos da tradição filosófica e cosmológica ocidental moderna, como pertencentes à categoria da produção.

Com base nisso, a produção de medidas sanitárias voltadas à contenção dos efeitos e da propagação do novo coronavírus revela, nos relatos das(os) autoras(es), o confronto entre as primeiras e as(os) segundas(os), na medida em que possibilitam apreender as distinções entre dois sistemas cosmológicos distintos, cuja tensão é evidenciada pelos impactos da pandemia.

4. Encontro de vozes: articulações e resistências

¹³ Os especialistas em cuidados de saúde indígena são os *basegi*, que, por sua vez, operam ritos de cuidado e proteção conhecidos como *bahsessé*. Silvio Sanches Barreto, outro antropólogo indígena estudado na referida iniciação científica, também trata da saúde coletiva e tradicional em outros trabalhos. Cf. BARRETO S., 2019.

¹⁴ Como menciona Viveiros de Castro: “Se pudéssemos caracterizar em poucas palavras o que seria uma atitude básica de todas as culturas indígenas do continente, eu diria que as relações entre uma sociedade e os componentes de seu ambiente são pensadas e vividas como relações sociais, isto é, como relações entre pessoas” (VIVEIROS DE CASTRO, 2007, p. 87). Todavia, José Paulo Lima Barreto, em sua dissertação de mestrado, desenvolve a ideia de que, para ele, “peixe não é gente”: “O que estou querendo dizer aqui, objetivamente, é que peixe, a exemplo de qualquer outro animal, é apenas um animal, com os quais os humanos não estabelecem relações do tipo entre sujeitos (...) e muito menos que ele tem um ‘ponto de vista’ humano, na condição de sujeito, como sugere Viveiro de Castro”. Cf. BARRETO, J., 2013. Ressalto esses trechos para que possamos entender que a cosmologia indígena de que tratam os autores pode ser compreendida sob perspectivas distintas, algumas envolvendo a noção de que os seres integrados ao meio ambiente são entendidos como sociais, já outras envolvem a noção de que animais não estabelecem relações sociais com seres humanos. O que se depreende da comparação entre os trabalhos é que as aldeias da Amazônia indígena têm relações de reciprocidade e partilha, enquanto os não indígenas têm relações marcadas pela desconsideração do Outro.

Para enfrentar esse desencontro de corpos, vozes e cosmologias, as(os) autoras(es) estudadas(os) desenvolveram articulações e resistências diversas. Em entrevista realizada no dia 26 de fevereiro de 2021, Eriki Aleixo de Melo relatou a importância das organizações de apoio vivenciadas ao longo de sua trajetória de vida (MELO, 2021). Nesse sentido, durante a pandemia, se aproximou, através de reuniões virtuais, da Articulação Brasileira de Indígenas Antropólogos (ABIA), ainda em seu momento de construção, que se deu nesse contexto atípico.

Produto de mobilizações nacionais em torno da pauta, a ABIA se constituiu a partir do desejo de articulação entre a produção acadêmica protagonizada por indígenas brasileiros e os movimentos indígenas e seus projetos de autodeterminação epistêmica, científica e territorial. Segundo Melo (informação verbal)¹⁵, a ABIA teve papel fundamental no cultivo da esperança em meio a tempos pandêmicos, bem como no exercício da solidariedade entre diferentes indígenas inseridos em contexto acadêmico, na urgência pelo estabelecimento da autonomia desses povos no campo da antropologia.

Entretanto, importa pontuar, aqui, que o debate acerca da autonomia das(os) antropólogas(os) indígenas nessa seara ainda se mostra controverso. Segundo Gersem Baniwa¹⁶, a autonomia pautada pela ABIA deve ser a estratégica, aquela que se atenta ao fato de que forças políticas, econômicas e acadêmicas constroem estruturas de poder que dificultam a participação política desse grupo. Ainda assim, a articulação se justifica pela necessidade e relevância da atuação conjunta, bem como das múltiplas formas de constituição de táticas de resistência no país, especialmente em uma época marcada por inúmeras violações aos territórios indígenas (LIMA; MELO, 2020).

No que tange a outras modalidades de resistência, Joziléia Kaingáng¹⁷, em entrevista concedida ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Brasil Plural (NIETO, 2020), discorre sobre a importância da sociedade civil na construção de diálogo efetivo com órgãos governamentais que tratam dos direitos e da saúde dos povos indígenas brasileiros, tais como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI).

A fim de organizar formas de enfrentamento à pandemia, diversas lideranças indígenas do país — incluindo Joziléia Kaingáng — foram convocadas pela Articulação dos

¹⁵ Cf. MELO, 2021.

¹⁶ Mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB), diretor-presidente do Centro Indígena de Estudos e Pesquisa (CINEP) e professor do curso de Licenciatura Específica Formação de Professores Indígenas da UFAM.

¹⁷ Mestra e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGAS/UFSC).

Povos Indígenas do Brasil (APIB)¹⁸ para uma série de reuniões em 2020. Criada pelo movimento “Acampamento Terra Livre” (ATL) de 2005, a APIB é uma instância de referência nacional do movimento indígena no Brasil, aglutinando as organizações regionais com o intuito de reivindicar o cumprimento dos direitos a esses grupos e de mobilizar defesas contra as agressões vivenciadas nas últimas décadas.

Em junho de 2020, foi publicado o Plano de Enfrentamento indígena à Covid-19¹⁹, documento que orienta as ações das organizações vinculadas a APIB e instituições parceiras, e cujas propostas são produto de processos participativos e democráticos realizados entre esses povos de maneira virtual em 2020: o Acampamento Terra Livre e a Assembleia Nacional de Resistência Indígena. A partir das reuniões de construção do Plano elaborado pela APIB, surgiram subgrupos voltados a regiões específicas do país. Com isso, Joziléia Kaingáng se tornou uma figura relevante do grupo indígena do Sul, composto por lideranças do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Outras(os) antropólogas(os) indígenas, como Eliene Rodrigues Putira Sacuena²⁰, também constroem ações de resistência em contato com instituições públicas. A autora em questão foi contratada pelo Governo do Estado do Pará para assessorar a Coordenação de Saúde Indígena e Populações Tradicionais (CESIPT), subordinada à Diretoria de Políticas de Atenção Integral à Saúde (DPAIS) da Secretaria de Saúde do Estado de Saúde Pública (SESPA).

A proposta envolvia colaborações com os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs)²¹ a fim de acompanhar, monitorar e realizar atendimento de saúde, bem como distribuir utensílios de prevenção de contaminação (máscaras, álcool 70º, etc.) entre as aldeias. Sendo assim, Putira pôde lançar um olhar privilegiado sobre as políticas de saúde indígena planejadas no âmbito estadual, por meio da SESPA, e sobre suas implementações nos DSEIs, através dos profissionais de saúde.

¹⁸ Atualmente, a APIB é composta pelas seguintes organizações regionais: Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), Conselho do Povo Terena, Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE), Articulação dos Povos Indígenas do Sul (ARPINSUL), Grande Assembléia do povo Guarani (ATY GUASU), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), Comissão Guarani Yvyrupa. Disponível em: <https://apiboficial.org/sobre>. Acesso em 17 jul. 2021.

¹⁹ Disponível em: <https://emergenciaindigena.apiboficial.org/>. Acesso em 17 jul. 2021.

²⁰ Indígena do povo Baré, localizado no alto curso do Rio Negro. É doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará (UFPA).

²¹ Os Distritos Sanitários Especiais Indígenas constituem, segundo a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, “um modelo de organização de serviços — orientado para um espaço etnocultural dinâmico, geográfico, populacional e administrativo bem delimitado —, que contempla um conjunto de atividades técnicas, visando medidas racionalizadas e qualificadas de atenção à saúde, promovendo a reordenação da rede de saúde e das práticas sanitárias e desenvolvendo atividades administrativo-gerenciais necessárias à prestação da assistência, com controle social” (BRASIL, 2002, p. 13).

As recentes observações produzidas pela autora em decorrência da pandemia não destoam da crítica que ela já havia tecido em momentos anteriores, como se observa pela leitura de suas produções prévias. Segundo Putira, o Sistema de Saúde hegemônico no país:

desconsidera o contexto do usuário e a diversidade étnica, afastando-o dos parentes; e, sobretudo, não dialoga com o sistema tradicional de ação para saúde, utilizado pelos povos indígenas. Um sistema que não atende a representação da interculturalidade, de respeitar a especificidade de que, se um indígena adoece, toda família ou aldeia também fica doente (RODRIGUES, 2019, p. 409).

Eliene Putira adotou uma posição semelhante à da antropóloga Sandra Benites, tendo ambas vivenciado a pandemia em centros urbanos, longe de suas aldeias. Ademais, cabe mencionar que a autora também traz a distinção entre os saberes de seu povo e aqueles consolidados em estruturas ocidentais, como observado na seara da Saúde contemporânea (RODRIGUES, 2019), do mesmo modo que outras(os) autoras(es) desenvolveram a mesma dualidade e confronto de cosmologias (BARRETO, J., 2020; BENITES, 2020).

Acerca da temática da saúde indígena, Chirley Pankará²² tece críticas ao sucateamento de entidades governamentais de proteção às indígenas, como a SESAI e a FUNAI (SANTOS, 2020). Ademais, apresenta reflexão não registrada por outras(os) pesquisadoras(es) no relatório da presente pesquisa: o atendimento da SESAI é restrito às indígenas que residem em aldeias, enquanto aquelas situadas em centros urbanos devem acessar o Sistema Único de Saúde e, frequentemente, não informam sua identidade indígena, principalmente pelo receio de sofrer discriminação. Com efeito, existe dificuldade na notificação de óbitos de indígenas pelo SUS, o que causa aflição nos parentes aldeados.

Para a autora, a própria SESAI tem atuado de maneira negligente durante a pandemia, citando o caso da Aldeia Multiétnica, em Guarulhos, que cobrou medidas sanitárias da SESAI em 2020 e, até o momento da publicação do texto de Chirley Pankará, não havia tido seus pedidos atendidos pelo órgão. Ao final de seu relato (SANTOS, 2020), a antropóloga destaca a importância dos conhecimentos tradicionais na cura dos membros das aldeias e evidencia que se trata de um processo coletivo, vivenciado e compartilhado pela aldeia em comunhão com as(os) anciãs(ões) que detêm as práticas de cuidado.

Sendo assim, localiza-se um forte ponto de confluência nos textos coletados na pesquisa: a centralidade dos conhecimentos ancestrais partilhados em conjunto com os parentes indígenas, bem como a importância das articulações entre diferentes povos indígenas

²² Co-deputada estadual pelo mandato coletivo da Bancada Ativista (PSOL), Chirley Pankará é antropóloga e indígena do povo Pankará. É doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (PPGAS/USP).

visando a solidariedade conjunta, o enfrentamento político e a constituição de estratégias múltiplas tendo a autonomia e a autodeterminação desses povos como elemento norteador.

5. Conclusão

[...] Nossos parentes [...] nos fortaleceram nessa caminhada. E essa caminhada não é apenas nossa, enquanto indígenas antropólogos, mas de toda os nossos antepassados, de todos os nossos territórios, de todos os nossos seres visíveis e invisíveis, todos os nossos espíritos sagrados, [...] toda a nossa história [...] reflete o nosso coletivo, o nosso corpo, espírito, território e todos aqueles que estão conosco, que constroem nosso ser, nossa essência indígena [...] de onde nós viemos e de onde trazemos nosso nome e a nossa história²³.

Em função do exposto acima, compreende-se que as populações indígenas do Brasil são regidas por cosmologias próprias e que as políticas sanitárias decorrentes da contenção da pandemia de SARS-CoV-2 não abarcam os conhecimentos tradicionais ou as reflexões de interculturalidade no campo da saúde. Pelo que observamos, até a conclusão da redação deste artigo, as práticas de saúde indígena mencionadas no combate ao Covid-19 são de natureza coletiva, envolvendo benzimentos e saberes articulados entre anciãs(os) e jovens (BARRETO, S., 2020). Esse foi um dos temas mais mencionados nas publicações coletadas, assim como os sentimentos de angústia, medo e solidão decorrentes do isolamento e da pandemia.

Apesar das intempéries, as(os) antropólogas(os) destacam a importância do acolhimento de estudantes indígenas em suas respectivas universidades. A título de exemplo, Eliene Putira assessorou uma associação de estudantes indígenas na UFPA, realizou encaminhamentos a psicólogas e organizou, com a ajuda de outras(os) colegas, cestas básicas às(aos) indígenas situadas(os) em Belém, longe de suas famílias (RODRIGUES, 2021). Benites, por sua vez, relatou, em outro texto para o projeto “Corpos que Falam” (BENITES, 2020), que recebeu apoio de seus parentes indígenas, o que a fez lembrar da convivência na aldeia: “alguns parentes vieram trazer comida, fazer as coisas pra mim, como aldeia mesmo. Na aldeia sempre tem fogueira, a gente conversa, fuma, conta piada, história”.

A construção dessas articulações perpassou diretamente pela constituição de instâncias — pessoais ou institucionais — nas quais a solidariedade indígena foi componente norteador da resistência política de maio de 2020 a maio de 2021. Aumentou-se as articulações, as políticas de combate e as ações de solidariedade porque aumentou-se o diálogo entre diferentes povos indígenas brasileiros. Parece, por fim, que o *nhemonguetá* persiste em meio às intempéries advindas do isolamento e da pandemia de Covid-19.

²³ Trecho retirado de fala de Elisa Urbano Ramos Pankararu, no vídeo de lançamento da Articulação Brasileira de Indígenas Antropólogos (ABIA). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6yPP04ofXXM>. Acesso em: 31 jul. 2021.

6. Referências bibliográficas

ANPOCS. ANPOCS — **CL08: Produção e autonomia indígena em tempos de covid-19**. 2020. Disponível em: https://youtu.be/XndQsT_8kQ8. Acesso em: 30 jul. 2021.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, n. 11, pp. 89-117, 2013.

BARRETO, João Paulo Lima. **Quarentena**: um tempo de remorso de uma experiência dolorosa. InfoAmazonia, 2020. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2020/04/10/portugues-quarentena-um-tempo-de-remorso-de-uma-experiencia-dolorosa/#!/story=post-51510>. Acesso em: 16 jul. 2021.

_____. **Wai-Mahsã**: peixes e humanos. Um ensaio de Antropologia Indígena. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4629>. Acesso em: 25 jul. 2021.

BARRETO, Silvio Sanches. **Transmutar do coronavírus em leite e espuma de buiuu**. InfoAmazonia, 2020. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2020/03/23/portugues-transmutar-do-coronavirus-em-leite-e-espuma-de-buiu/#!/story=post-51508>. Acesso em: 20 jul. 2021.

_____. **Transformações pelo basesé nas práticas tukano sobre concepção, gestação e nascimento da criança**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/7102>. Acesso em: 19 jul. 2021.

BELTRÃO, Jane Felipe. **Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará**. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1999. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280979>. Acesso em: 17 jul. 2021.

BENITES, Sandra. Piração. **Corpos que falam**, 2020. Disponível em: <https://corposquefalam.weebly.com/escritas/piracao-sandra-benites-ppgasmnufrj>. Acesso em: 28 jul. 2021.

BRASIL, **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**. Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf. Acesso em: 18 jul. 2021.

CRUZ, Felipe Sotto Maior. Indígenas Antropólogos e o Espetáculo da Alteridade. In **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 11(2), 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/15949/>. Acesso em: 30 jul. 2021.

FAUSTO, Carlos. “The Measles from the Time of My Grandfather”: Amazonian Ethnocide Memories in Times of Covid-19. **Somatosphere**. 2020. Disponível em: <http://somatosphere.net/2020/the-measles-from-the-time-of-my-grandfather-amazonian-ethnocide-memories-in-times-of-covid-19.html/>. Acesso em: 16 jul. 2021.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **História de Lince**. Tradução Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 9-218.

LIMA, Ariene dos Santos; MELO, Eriki Aleixo. Pandemia e Territórios Indígenas em Roraima. In: Alfredo Wagner Berno de Almeida; Rosa Elizabeth Acevedo Marin; Eriki Aleixo Wapichana. (Org.). Pandemia e Território. 1ed. São Luís: Uema Edições, 2020, v. 1, p. 287-314.

MÄDER, Guilherme Ribeiro Colaço; SEVERO, Cristine Gorski. Sexismo e políticas linguísticas de gênero. In: FREITAG et al. (org.). **Sociolinguística e política linguística: olhares contemporâneos**. São Paulo: Blucher, 2016. p. 245-260.

MELO, Eriki Aleixo. **Entrevista II**. [26.02.2021]. Entrevistador: Daniel Lucas Dejavitte Biagio. Plataforma virtual, 2021. arquivo .mp4 (75min.).

MICHELAT, Guy. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia. In: THIOLENT, Michel. **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária**. 2a edição. São Paulo, Polis, 1981. p. 191-211.

NIETO, Valentina. Articulações e aprendizados com a Frente Indígena e Indigenista de Prevenção e Combate do Coronavírus (COVID-19). **Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Brasil Plural**. Florianópolis, 29/04/2020. Disponível em: <https://brasilplural.paginas.ufsc.br/antropologia-na-pandemia/articulacoes-e-aprendizados-com-a-frente-indigena-e-indigenista-de-prevencao-e-combate-do-coronavirus-covid-19-em-terra>

s-indigenas-da-regiao-sul-do-brasil-uma-entrevista-com-jozileia-kaingang/. Acesso em: 29 jul. 2021.

PIMENTA, Denise. **O cuidado perigoso**: tramas de afeto e risco na Serra Leoa (a epidemia de Ebola contada pelas mulheres, vivas e mortas). Tese (doutorado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, SP, 2019. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-17062019-142750/en.php>. Acesso em: 17 jul. 2021.

POUPART, Jean. A Entrevista do tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: **A Pesquisa Qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. / trad. Ana Cristina Nasser. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

RODRIGUES, Eliene dos Santos. **Entrevista I**. [25.02.2021]. Entrevistador: Daniel Lucas Dejavit Biagio. Plataforma virtual, 2021. arquivo .mp4 (85min.).

_____. Indígena e o desafio diferenciado. **Tellus**, Campo Grande, MS, ano 19, n. 38, jan./abr, 2019, p. 407-415. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20435/tellus.v19i38.624>. Acesso em: 01 mar. 2021.

_____. **Saúde da Mulher Indígena**: Antropologia e Câncer do Colo de Útero nas etnias Xikrin do Cateté, Assurini do Trocará no Pará, Amazônia. Dissertação (Mestrado em Bioantropologia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6439711. Acesso em: 29 jul. 2021.

SANTOS, Chirley Maria de Souza Almeida. Covid-19 e o impacto nas populações indígenas. **Ameríndios**, 2020. Disponível em: <https://amerindios.wixsite.com/acao/artivos-e-textos>. Acesso em: 29 jul. 2021.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Perspectivismo indígena In: RICARDO, B. e ANTONIO GIOVANNI, M. **Visões do Rio Negro**. São Paulo, Instituto Socioambiental, 2007, p. 84-92.

XAVIER, José Roberto Franco. Algumas notas sobre a entrevista qualitativa de pesquisa. In: **Pesquisar empiricamente o direito**. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017, p. 119-160.